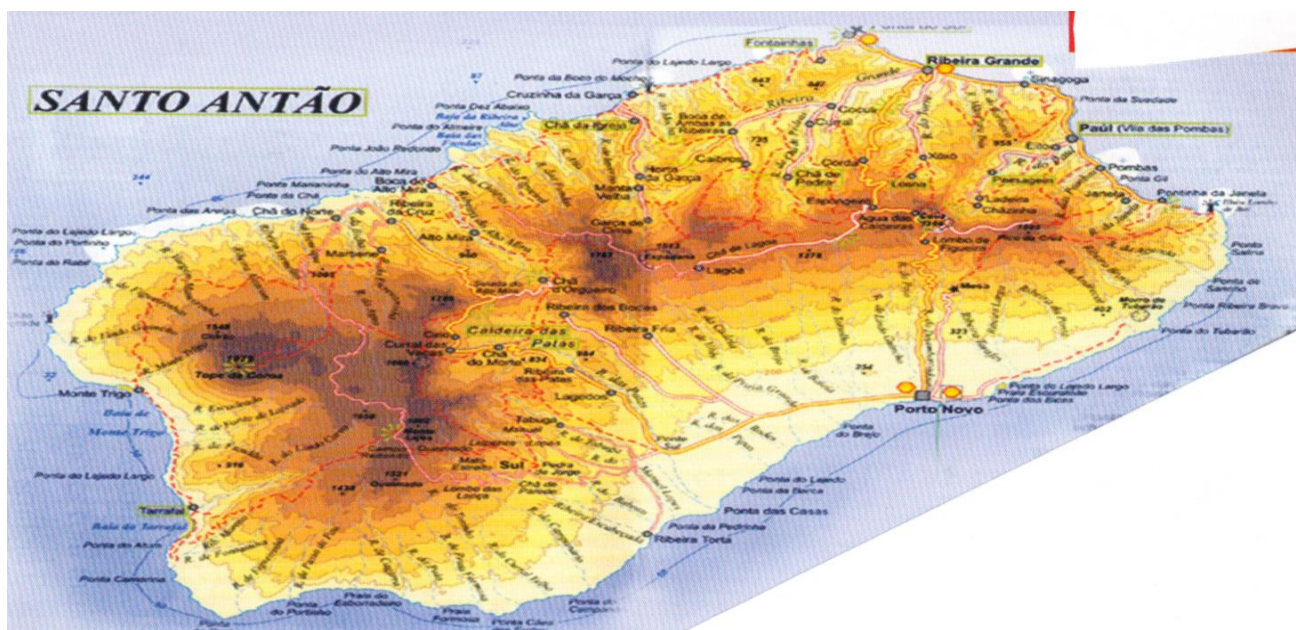


GRACINDA DA CONCEIÇÃO DELGADO DOS REIS

O CONCELHO DA RIBEIRA GRANDE, SANTO ANTÃO, NA
ADMINISTRAÇÃO DE JOÃO SIMÕES AFRA (1880 -1884): PERSPECTIVAS
PARA UMA HISTÓRIA ECONÓMICA E SOCIAL



Licenciatura em Ensino de História

GRACINDA DA CONCEIÇÃO DELGADO DOS REIS

**O CONCELHO DA RIBEIRA GRANDE, SANTO ANTÃO, NA ADMINISTRAÇÃO
DE JOÃO SIMÕES AFRA (1880 - 1884): PERSPECTIVAS PARA UMA HISTÓRIA
ECONÓMICA E SOCIAL.**

GRACINDA DA CONCEIÇÃO DELGADO DOS REIS

O CONCELHO DA RIBEIRA GRANDE, SANTO ANTÃO, NA ADMINISTRAÇÃO DE JOÃO SIMÕES AFRA (1880-1884): PERSPECTIVAS PARA UMA HISTÓRIA ECONÓMICA E SOCIAL.

Trabalho científico apresentado na UNI-CV, para obtenção do grau de Licenciatura em História – Ramo Ensino, sob orientação do Mestre José da Silva Évora

Trabalho científico apresentado na UNI-CV, aprovado pelos membros do júri e homologado pelo conselho científico, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em ensino de História.

O Júri:

Praia ____/____/____

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho: aos meus pais Silvestre e Rosa, ao meu esposo Fernando Reis, aos meus filhos Sílvio e Sílvia; à minha família em geral.

AGRADECIMENTOS

A realização de um trabalho desta natureza envolve sempre a conjugação de esforços de diversas individualidades. É neste contexto que gostaria de agradecer todos aqueles que directa ou indirectamente contribuíram para que este trabalho fosse hoje uma realidade.

Em primeiro lugar agradeço à Deus por ter-me ajudado na concretização deste sonho. Um agradecimento especial ao **Mestre José da Silva Évora**, Técnico Superior do Instituto do Arquivo Histórico Nacional, por ter aceitado o desafio de me apoiar na realização deste estudo, acompanhando-me em todos os momentos.

Igualmente agradeço aos colegas que me apoiaram durante este percurso.

Finalmente, aproveito este momento para expressar os meus sinceros agradecimentos à minha família pelo apoio incondicional.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	9
ENQUADRAMENTO TEÓRICO	11
CAPÍTULO I: SANTO ANTÃO NO CONTEXTO DA INSTABILIDADE POLÍTICO – SOCIAL DO CABO VERDE OITOCENTISTA	14
1.1 Notas preliminares	14
1.2 A crise institucional.....	16
1.3 As revoltas sociais.....	19
CAPÍTULO II: O CONCELHO DA RIBEIRA GRANDE NO FIM DO SÉCULO XIX: O ESPAÇO E AS GENTES.....	22
2.1.Problemas da administração	23
2.2. Aspectos sociais	29
CAPÍTULO III: PARA UMA HISTÓRIA ECONÓMICA DA RIBEIRA GRANDE DE OITOCENTOS	37
3.1 Agricultura.....	39
3.2 Comércio.....	41
3.3 Indústria.....	44
3.4 Instrução	46
CONCLUSÃO	50
BIBLIOGRAFIA.....	53
Anexos:	55

Índice de Quadros

Quadro 1: Mapa dos passaportes e guia expedidos durante o ano de 1881.....	25
Quadro 2: Mapa dos valores importados e exportados pela alfândega da ilha durante o ano civil de 1881.....	27
Quadro 3: Os rendimentos da alfândega durante o ano de 1881.....	28
Quadro 4: Mapa dos rendimentos camarários durante o ano de 1881 comparados com o ano de 1880.	28
Quadro 5: Mapa dos fogos e habitantes do concelho	30
Quadro 6: Número de habitantes e de fogos na Freguesia de Nossa Senhora do Rosário	30
Quadro 7: Número de habitantes e de fogos na Freguesia de Santo Crucifixo	31
Quadro 8: Número de habitantes e de fogos na Freguesia de São Pedro Apostolo	32
Quadro 9: Mapa dos europeus católicos existentes no concelho da R ^a Grande no dia 31 de Dezembro de 1881.....	32
Quadro 10: Mapa da colónia hebraica.....	33
Quadro 11: Mapa do movimento da população do concelho no ano de 1881.....	34
Quadro 12: Distribuição da população, por profissão	34
Quadro 13: Números de óbitos em 1881.....	35
Quadro 14: Relação dos degredados residentes no concelho	36
Quadro 15: Número de gados manifestado até Dezembro de 1881 na secretaria da câmara municipal.....	39
Quadro 16: Mapa do gado abatido para consumo durante ano de 1881	40
Quadro 17: Distribuição das casas comerciais por classe	41
Quadro 18: Casas comerciais do concelho no ano de 1881 comparadas com as do ano de 1880. .42	
Quadro 19: Nota dos preços correntes dos géneros no mercado público deste concelho durante o mês de Setembro de 1880.	43
Quadro 20: valor médio dos géneros no mercado do concelho	45
Quadro 21: Mapa dos alunos matriculados nas três escolas da vila	47
Quadro 22: Mapa das escolas do concelho da vila de R ^a Grande e de alunos nelas matriculados no ano de 1881.	48

INTRODUÇÃO

O século XIX foi um período de grandes mudanças à nível da Europa, tendo desencadeado uma crise política e institucional que alargou por outras partes do mundo nomeadamente em Cabo Verde que fazia parte da administração portuguesa no ultramar.

As reformas administrativas desempenharam papel de relevo e segundo o código de 18 de Março de 1842, o arquipélago dividia-se em concelhos com um administrador para cada um. Foi ainda criada uma junta de justiça criminal, encarregada das causas criminais e dela faziam parte: o Governador, o Juiz, o Delegado procurador do reino e os três oficiais mais graduados do exército.

A publicação do Código Administrativo de 1842, introduziu inúmeras alterações na estrutura municipal da província que não estava preparada para a sua implementação, tendo gerado inúmeras dificuldades que agravou com as fomes e epidemias.

Nos meados do século XIX, a crise foi tão visível no arquipélago de Cabo Verde e vários são os acontecimentos que diferentes autores já escreveram mas ainda muita coisa precisa ser conhecida para melhor entendermos a nossa história mormente a local uma vez, constituída por ilhas, cada uma tem a sua respectiva micro-história.

Uma das áreas que ainda carece de estudos aprofundados no âmbito da História de Cabo Verde. Como sabemos, a ilha de Santo Antão foi abrangida por esta crise que afectou principalmente o concelho da Ribeira Grande, que por razões muitas vezes desconhecidas, aspectos relevantes ainda não constam da nossa História.

Considerando a importância que, um estudo desta natureza poderá trazer às pessoas que se preocupam em conhecer o passado, principalmente, as novas gerações, é uma das razões da escolha do tema “O Concelho da Ribeira Grande, Santo Antão, na Administração de João Simões Afra (1880 – 1884): perspectiva para uma História Económica e Social.”

Com este trabalho pretendemos dar um contributo, para o conhecimento deste município através da divulgação da sua história, permitindo assim, analisar o contexto administrativo durante a administração de um homem que marcou a sua época.

Assim, o referido estudo incide-se sobre a história de Santo Antão, particularmente, o concelho da Ribeira Grande durante o período da administração de João Simões Afra, contextualizando o mesmo período, ressaltando a importância do concelho e da ilha, bem como, caracterizar aspectos económicos e sociais do concelho, no período em apreço.

Relativamente a baliza cronológica, reconhecemos que pode parecer muito curto para ficar conclusões históricas. No entanto, pensamos que uma oportunidade e um desafio para lançar perspectivas de micro-história e História curta, neste caso, estudar um período que deixou marcas visíveis no concelho da Ribeira Grande.

Neste contexto, entendemos que sendo naturais desta ilha esta seria a oportunidade ideal para dispormos os nossos conhecimentos adquiridos ao longo da nossa formação, ao serviço do nosso concelho.

A elaboração do referido trabalho recai no âmbito da investigação para a realização da memória do fim do curso, visando a obtenção do grau de Licenciatura em Ensino de História na UNI-CV.

Para o efeito, foram analisados alguns trabalhos sobre a ilha de Santo Antão e consulta de documentos relativamente a época em estudo. Apoiámos em diversos documentos sobre a ilha de Santo Antão, estudos técnicos realizados, principalmente, em Ribeira Grande. A metodologia utilizada foi: pesquisa bibliográfica, análise e tratamento de dados e cruzamento de informações.

O trabalho encontra-se estruturado da seguinte forma: uma introdução onde em linhas gerais apresentamos as razões da escolha deste tema, os objectivos e a metodologia utilizada para a realização do trabalho.

No primeiro capítulo destacamos as crises das instituições e as revoltas sociais como entrave no desenvolvimento do concelho da Ribeira Grande.

No segundo capítulo referimos aos problemas da administração e os aspectos sociais que reflectiam o ambiente da época.

No terceiro capítulo destacamos a instrução e os vários sectores da economia como agricultura, o comércio e a indústria como pilares do desenvolvimento.

Finalmente, a conclusão do nosso trabalho onde deixamos algumas pistas para futuras investigações.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

O trabalho que ora se apresenta reporta ao concelho de Ribeira Grande, ilha de Santo Antão durante o período em que foi administrado por João Simões Afra.

A leitura da documentação disponível permitiu-nos constatar que João Simões Afra chegou à Cabo Verde no ano de 1866 e desempenhou as seguintes funções:

- Escrivão de juiz de Direito na Comarca de Barlavento, na ilha de São Nicolau;
- Director de alfândega, na ilha do Maio;
- Administrador do Concelho da Ribeira Grande na ilha de Santo Antão de 23 de Agosto de 1880 a 10 de Maio de 1884.

De acordo com a documentação consultada relativamente a este período de administração de João Simões Afra, no concelho da Ribeira Grande, leva-nos a constatar que o referido administrador fez por merecer a confiança dos munícipes.

Apesar de tratar-se de uma época de muita agitação política, económica e social soube contornar toda a situação através da tomada de decisões importantes em momentos propícios e que contribuíram para o desenvolvimento da Ilha, e do concelho em particular. Ainda foram determinantes para o bom funcionamento da própria instituição.

Tudo isto, leva-nos a acreditar, que pelo facto, de João Simões Afra, estar em Cabo Verde desde 1866, terá ajudado no desempenho desta função como administrador. Tarefa difícil que tentou cumprir com rigor, prova disto, foi a prosperidade que o concelho da Ribeira Grande conseguiu durante esse período.

Foi durante a sua administração que se verificou um crescimento económico e social relativamente grande, no contexto da Ilha e da época, como se pode constatar partindo da leitura dos relatórios emanados pela Administração do concelho e que hoje fazem parte do acervo do Arquivo Histórico Nacional, através do Fundo Arquivístico da Secretaria Geral do Governo que tivemos oportunidade de analisar no âmbito das nossas pesquisas.

Entendemos, desde o início, que através desses relatórios era possível fazer algo novo, isto é, sair da História generalista e estudar um aspecto muito específico, entrando assim no

âmbito da micro-história. Ao designá-lo perspectivas para uma História Económica e Social, procuramos mostrar que íamos analisar os aspectos da Economia e da Sociedade durante o período balizado, sem obviamente, entrar em amplas discussões relativamente a problemática da História Económica e Social.

A nossa intenção é tão somente mostrar que durante aquele período, e através da documentação existente, é possível estudar aspectos Económicos e sociais no concelho da Ribeira Grande.

CAPÍTULO I: SANTO ANTÃO NO CONTEXTO DA INSTABILIDADE POLÍTICO – SOCIAL DO CABO VERDE OITOCENTISTA

1.1 Notas preliminares

Cabo Verde, nos finais do século XIX, reflectia o ambiente que se fazia sentir na metrópole. A estabilidade das décadas de 1870 e 1880 foi seguida por uma profunda crise, de carácter político, económico e financeiro. Essa situação repercutiu-se no arquipélago, provocando insegurança política e conflito de interesses.

Período conturbado que proporcionou mudanças radicais, criando assim, novas necessidades cujo intuito era tentar responder as novas exigências advenientes deste período em referência. *“A revolução de 1820 em Portugal, clamando por novas instituições, echoou em Cabo Verde e collocou o governador em sérios embaraço.”*¹

Efectivamente, esta instabilidade fruto de um conjunto de problemas que foram aumentando ao longo dos anos e agravado nas décadas de 1870 e 1880 seguida de uma profunda crise, de carácter político, económico e financeiro vivido em Portugal reflectiu em Cabo Verde, uma vez que, fazia parte do território Português.

Sendo Cabo Verde uma colónia é obvio que necessitava de uma série de medidas para que pudesse responder as exigências da época. Não obstante os constrangimentos de vária ordem, os abusos eram visíveis e dificultavam o bom funcionamento das instituições, tendo levado as ilhas de Cabo Verde a passarem por momentos de crise e de instabilidade

¹ BARCELLOS, Christiano; Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné, vol. II, 2ª edição pag. 235.

político – social como foi o caso de Santo Antão onde os desmandos, as arbitrariedades e prepotências das autoridades locais prejudicaram o desenvolvimento da ilha.

Ainda convém ressaltar que, para além dos entraves acima referidos podemos destacar outros condicionalismos que também foram decisivos para a instabilidade político – social, tais como:

- Falta de comunicação que dificultava a deslocação/circulação de pessoas e bens;
- Falta de profissionalismo por parte dos funcionários que não prestavam contas;
- Falta de sementes e sucessivamente o abandono das terras por parte dos cultivadores.

Também, não podemos deixar de referir que, segundo Barcellos a justiça civil era tão monstruosa que provocava a raiva devido a ignorância e o capricho dos juizes, que não sabiam ler mas que recebiam emolumentos como qualquer desembargador.

Tendo em conta, o pequeno relato feito pelo autor acima referido, podemos dizer que, o caos era visível tendo em conta, os desmandos das autoridades que comandavam a ilha. Estando o poder central na ilha de Santiago, com poderes limitados, as ilhas eram o reflexo da morosidade e falta de escrúpulos daqueles que estavam no comando.

Tendo em conta esta situação nem todas as pessoas aceitavam de bom agrado os desmandos das autoridades que colocavam em risco tanto a dignidade das pessoas como a prosperidade da ilha de Santo Antão.

Assim sendo, muitas pessoas reagiam de acordo com a realidade do momento e nem todas suportavam de forma passiva o jogo de interesse que por vezes existia na classe privilegiada. *“A instabilidade política que estes factos demonstram repercutia-se na administração territorial e desacreditava a actuação dos Governadores, tornando-os permeáveis à influência dos “grandes da terra.”*²

² MONTEIRO, Ana; Municipalismo em Cabo Verde na segunda metade do séc. XIX: Autonomia e Administração, In: Africana, Revista do Centro de Africanos, Universidade Portucalense, nº 5, especial, Porto, Setembro, 1998, pag. 74.

Outro aspecto que agitou os santantonenses foi o imposto de subsídio literário recaído sobre a aguardente que era pago somente pelos habitantes das ilhas de S. Tiago, S. Nicolau, Brava e S. Antão.

*“Os da ilha de Santo Antão não se conformaram com a criação d’esse imposto com aplicação ao desenvolvimento da instrução, e pediram que só fosse extensivo aos géneros que as outras ilhas produzissem.”*³

Eles já pagavam o foro da terra, o dízimo, o direito de exportação, ou seja encargos a mais. Sabiam que a ilha era esquecida tais medidas só trazia muita indignação.

1.2 A crise institucional

A ilha de Santo Antão viveu momentos conturbados durante o século XIX, que provocou uma ruptura à nível das instituições. Na altura não estava preparada para responder as demandas de uma sociedade em pleno crescimento e que necessitava de medidas urgentes para resolução dos problemas enfrentados.

A falta de organização das instituições como a justiça, a igreja, escolas e a própria câmara municipal que não dispunham de um espaço condigno para o seu funcionamento, e algumas por serem em números insignificantes, foram factores determinantes para o seu atraso, agravado pelos desmandos das autoridades locais.

É evidente que a câmara municipal enfrentava problemas tanto a nível institucional como técnico tendo à frente funcionários “irresponsáveis” num espaço físico inadequado. *“A câmara municipal funcionava n’uma casa indecente; à semelhanças das igrejas, não tinha telhado, nem soalho; de moveis possuía uma tosca meza de pinho e dois bancos. Todavia os camaristas não mereciam consideração, nem pela intelligencia, nem pelo carácter. A cadeia civil, situada no pavimento interior da câmara, era immunda. O quartel militar estava em ruínas e não havia estradas.”*⁴ Também a igreja com muitos privilégios e com

³ BARCELLOS, Christiano; Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné; vol. III 2ª edição pag. 437.

⁴ IDEM; pag.99

poderes mas com funcionários que desconheciam os seus princípios violando-os estava colocando em risco a credibilidade até aí conquistada “*desconheciam os princípios da religião catholica e a moral necessária aos bons costumes.*”⁵ Tudo isto, colocava em risco o bom funcionamento, originando crises na própria instituição.

A crise era muito evidente. “*O estado de instrução pública revela-se naquele tempo muito deficiente, tanto por falta de professores, como pela qualidade dos que ali exerciam.*”⁶

A instrução esteve durante bastante tempo quase votada ao abandono devido a inexistência de professores competentes e de instalações condignas.

Convém ainda realçar, que a reforma administrativa recaída sobre a Província de Cabo Verde repercutiu fortemente sobre a ilha de Santo Antão, que através da portaria de 3 de Abril de 1867 foi dividida em dois concelhos, sendo uma sedeada na vila da Ribeira Grande e outra na povoação das Pombas, no Paul⁷, o que provocou diferentes reacções entre habitantes dos referidos concelhos, ou seja, havia os prós e os contra e cada um argumentava à seu favor.

Realmente, esta divisão veio na sequência do crescimento da ilha mas em termos institucionais as condições ainda não estavam criadas para a implementação e funcionamento das duas câmaras municipais, tendo provocado algum entrave devido o jogo de interesses entre os habitantes da Ribeira Grande e os do Paul. Inicialmente os principais serviços administrativos continuaram na vila da Ribeira Grande, não tendo trazido benefício aos munícipes, visto que, continuaram a deslocar ao dito concelho para resolução dos assuntos administrativos porque no Paul somente tinha a presença dos funcionários.

A divisão da ilha em dois concelhos não foi uma decisão do agrado das autoridades da R^a Grande e a polémica continuou acesa mesmo depois de o concelho estar em pleno funcionamento. A demarcação dos limites de cada concelho constituía também um ponto

⁵ BARCELLOS, Christiano; Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné, vol. III, 2ª edição, pag. 99.

⁶ RODRIGUES, Helena; A Regeneração em Cabo Verde (1850-1860): In Africana, Revista do Centro de Africanos, Universidade Portucalense, nº5, especial, Porto, Setembro, 1998, pag. 315.

⁷ Decreto de 23 de Dezembro de 1885.

forte de polémica e foi despoletada, sobretudo, com os pedidos de terrenos baldios, pelos moradores dos dois concelhos, com áreas de interesses coincidentes.

O administrador do concelho da R^a Grande, dez anos depois da criação do novo concelho, fez um balanço negativo da vida do concelho do Paul ao afirmar que não valeu a pena uma vez que todos os principais ramos da administração pública continuavam sediados na R^a Grande. Tudo isso, acarretou o aumentando as despesas tanto do município como dos munícipes, criando assim, alguma rivalidade entre os munícipes dos dois concelhos e consequência de tudo isto foi a extinção do concelho do Paul anos depois da sua criação mais concretamente no ano de 1893.

A crise institucional evidenciava a desorganização dos vários órgãos o que podemos confirmar através de um abaixo-assinado relativamente as eleições para a Câmara Municipal, datada de 22 de Novembro de 1880, enviado ao Secretário-geral do Governo, protestando “*contra os abusos ilegalidades e tumultos havidos durante as operações eleitorais que tiveram lugar desde o dia 7 até 9 do corrente mês de Novembro, a fim de eleger a câmara que há-de servir no próximo biénio de 1881 a 1882 admitiram listas cujos eleitores não estavam devidamente inscritos, e haver dúvidas sobre idades, estado e residência e como consequência alguns eleitores votaram duas vezes.*”⁸

A desorganização foi tão patente que interferiu nas eleições municipais e paroquiais deste concelho.

Condicionou o bom funcionamento do acto eleitoral desde a votação até o apuramento dos votos. Muitos eleitores acabaram por desistir com medo dos desordeiros que espancaram vários indivíduos. Na sequência deste e outros actos foram proferidas reclamações que não foram atendidas e culminaram em protesto. **(ANEXO I)**

Outro momento digno de registo e que mostra claramente a incapacidade da administração foi o relato feito pelo administrador a quando da sua chegada a ilha que foi obrigado a hospedar no comando militar por não ter encontrado uma residência. **(ANEXO II).**

⁸ Correspondência recebida da Administração do concelho da Ribeira Grande – Janeiro/Dezembro de 1881, caixa nº 269.

1.3 As revoltas sociais

A crise institucional foi um dos factores que contribuiu para o surgimento das revoltas sociais, em Santo Antão. É que são as instituições que comandam o país e uma falha cometida incide directamente na vida do povo que por sua vez responde com uma revolta indicando que algo não está de acordo com as suas perspectivas.

Relativamente a Ilha de Santo Antão passou por momentos de profunda crise económica que arrastou consigo descontentamento popular e naturalmente indícios de rebeliões.

Desde 1745, o povo desta ilha sofria as maiores crueldades por parte dos funcionários reais, farto de pedir justiça contra as prepotências e perversidades foi obrigado a revoltar e fazer justiça por suas próprias mãos. *“Como os moradores não contavam com a justiça régia trataram de a fazer pelas suas mãos, o que deu bons resultados.”*⁹

A crise agrícola, a fome, a instabilidade política estiveram na origem das várias revoltas que tiveram lugar ao longo dos anos e com maior incidência no século XIX com profundas repercussões sociais e económicas.

Segundo José Évora,¹⁰ nesta conjuntura onde a agricultura não podia progredir, a agitação era inevitável. Da miséria a que estavam expostos, dos populares saíam muitos actos de revolta, sem consequências graves, mas que traduziam a amargura desta população que vivia na miséria, no medo e na ignorância.

Perante a situação vivida por toda a ilha muitos não silenciavam. *“ Temos sentido vivamente ver esta ilha desconsiderada para tudo quanto pode ser-lhe de melhoramento interno; e só é lembrada para ser alvo de repetidas medidas, taes como o tributo sobre a aguardente, que só reverte em vantagem de alguma outra, e em nenhum proveito d’esta. Taes medidas só fazem sentir algum momentâneo impulso de indignação.”*¹¹

⁹ BARCELLOS, Christiano; Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné; vol. I, 2ª edição pag. 470.

¹⁰ ÉVORA, José; Santo Antão no limiar do século XIX: Da Tensão Social às Insurreições Populares (1886/1894) – Uma Perspectiva Histórica, IAHN, Praia, 2005, pag. 47.

¹¹ BARCELLOS, Christiano; Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné; vol. III, 2ª edição pag. 438.

O ambiente era pernicioso, onde o desagrado do povo contra os agentes do poder central, e não só, era fatal o explodir da contestação a qualquer momento.

Descrita como uma ilha onde não havia governo, nem justiça o mais poderoso era quem ditava a lei, e por isso se enriquecia, roubando terreno aos outros.

Os conflitos existentes colocavam os seus habitantes em estado de grande tensão. *“As chuvas rareavam e as colheitas, fraquíssimas, favoreciam sobremaneira os monopolistas e intermediários de géneros alimentares, que nestas ocasiões faziam fortuna vendendo os bens de primeira necessidade por preços exorbitantes. A situação social ameaçava piorar, dando origem a endividamentos morais e materiais dos indivíduos em desesperos.”*¹²

Este pequeno relato é suficiente para percebermos que o estado da ilha era deveras lamentável e que levaria qualquer um a revoltar-se contra tudo e todos. A crise e as injustiças eram constantes que o desespero também era permanente e acabava sempre em revoltas, ou seja, as revoltas sociais eram inevitáveis numa sociedade onde uma minoria é que ditava as regras para que fossem cumpridas pela maioria.

As questões sociais eram tratadas de forma inadequada e as decisões tomadas com uma certa arbitrariedade o que resultava em descontentamento porque nem sempre eram resolvidas a favor de todos.

A leitura de documentos referente ao século XIX, revela alguns episódios entre a câmara e os municípios relativamente aos impostos.

Das muitas revoltas despoletadas na Ribeira Grande e no Paul, no século XIX, destaque vão para as de 1886 e 1894. As causas próximas da primeira tinham as suas raízes mais profundas no descontentamento popular contra as incompreendidas medidas fiscais e se enquadravam num ambiente de insatisfação contra o Governo metropolitano, o qual não diligenciava no sentido de se resolver a grave situação económica vivida em Cabo Verde e, particularmente, em Ilhas como Santo Antão onde as dificuldades eram enormes.

¹² MONTEIRO, Ana; Municipalismo em Cabo Verde na segunda metade do séc. XIX: Autonomia e Administração, In: Africana, Revista do Centro de Africanos, Universidade Portucalense, nº 5, especial, Porto, Setembro, 1998, pag. 178.

Desencadeada em nome da liberdade e da justiça social, a revolta de 1886 caracteriza-se pela sua muito curta duração e pela ausência de um comando visível e de um programa. No seu urdimento assumiu papel relevante um núcleo de camponeses ligados a significativas actividades na ilha. Nos manifestos iniciais, os insurgentes reclamaram a introdução de reformas fiscais pautadas pela justiça, ao mesmo tempo que apelaram à instauração de um Governo republicano.

Relativamente a revolta de 1894, teve um cariz mais político decorrente das disputas entre as elites do Paul e da Ribeira Grande, numa altura em que se pretendia eleger um deputado para representar Santo Antão na Corte.¹³

¹³ Sobre esta revolta seguimos a leitura de ÉVORA, José; Santo Antão no Limiar do Século XIX: Da Tensão Social às Insurreições Populares (1886-1894) – Uma Perspectiva Histórica, IAHN, Praia, 2005.

CAPÍTULO II: O CONCELHO DA RIBEIRA GRANDE NO FINDAR DO SÉCULO XIX: O ESPAÇO E AS GENTES

O concelho de Santo Antão fora criado por decreto de 30 de Agosto de 1731, com sede na R^a Grande até aí denominada povoação de Santa Cruz.

A vila da R^a Grande situada na latitude 17° 2” e longitude ocidental 16° 39” assente em terreno pedregoso na conflúente de duas Ribeiras Grande e da Torre, num vale cercado de altas montanhas.

Estas duas Ribeiras tão tranquilas durante o ano, tornavam-se soberbas e imponentes nos meses das águas, chegando muitas vezes a invadir parte da vila arrastando na sua impetuosa corrente, frutos, árvores e até gado, causando sérios prejuízos nas propriedades situadas nas suas margens.

As ruas da vila eram em parte tortas e estreitas, mas bem calçadas, sendo a do Albuquerque larga e bem arborizada. Faziam parte da vila, ao Norte da R^a Grande o sítio denominado Penha de França e ao Sul da R^a da Torre o Tarrafal.

No período a que reportamos possuía esta vila um bom edifício de estado, com dois pavimentos onde funcionavam diversas repartições como a câmara municipal, administração do concelho, tribunal judicial, alfândega e recebedoria, delegação de fazenda e onde se aquartela o destacamento de polícia e ao fundo as cadeias.

Existia igualmente na vila uma bela igreja de construção moderna, tendo celebrado a primeira função religiosa no dia 27 de Maio de 1881.

Havia mais duas capelas, um no sítio de Penha de França sob a invocação de N^a Senhora, junto a qual foi sepultado um dos primeiros bispos de Cabo Verde, Fr. Pedro Jacinto

Valente fundador da antiga igreja paroquial e no sítio de Tarrafal outra com invocação de S. Miguel.

Tinha o concelho três freguesias: N^a Senhora do Rosário (vila), Santo Crucifixo, no Coculi e S. Pedro Apostolo no sítio da Garça a 30km de caminho.

As primeiras povoações além da vila são: Ponta do Sol, igualmente com uma capela sob a invocação de N^a Senhora do Livramento, Coculi, Sinagoga, Chã de Igreja e outros de menos importância.

As duas freguesias rurais tinham igualmente cemitérios próprios.

O concelho da R^a Grande contava unicamente com o porto da Ponta do Sol muito frequentado pela proximidade em que se achava da vila, mas que oferecia mau desembarque.

2.1.Problemas da administração

Como referimos anteriormente, o século XIX foi particularmente difícil na história das ilhas de Cabo Verde que viviam uma situação de profunda decadência e abandono.

A administração no concelho da R^a Grande mereceu muita atenção por tratar-se de um concelho pobre e problemático, assuntos que já foram retratados nos pontos anteriores.

Antes de falar dos problemas relativos a administração, convém retratar o seu funcionamento.

O concelho da R^a Grande era o principal da ilha, cabeça da comarca de Barlavento residência do juiz de direito. Tinha um delegado de procurador da Coroa e Fazenda que conjuntamente desempenhava as funções de conservador com um ajudante e um amanuense.

Para o serviço judicial havia mais um contador e distribuidor, dois escrivões e tabeliões e os respectivos oficiais de diligências. Em cada freguesia existia um juiz de paz, eleito igualmente com os respectivos escrivões.

A câmara era composta de cinco vereadores inclusive o presidente. Tinha mais um secretário, um zelador e varredores que cuidavam diariamente da limpeza da vila.

O administrador do concelho tinha um escrivão e um amanuense. Em cada freguesia havia um regedor e em todo o concelho cabos de polícia, incluindo os regentes e cabos chefes.

A alfândega era de 2ª classe com um director, um tesoureiro, um escrivão, um meirinho e dois guardas.

Havia igualmente um delegado da Junta de Fazenda, cuja delegação funcionava no edifício do estado, bem como, a câmara municipal, administração do concelho, tribunal judicial, comando militar, alfândega, escola régia para o sexo masculino e correio, sendo os armazéns da alfândega situados no porto da Ponta do Sol.

Ao fundo do edifício do estado existia as cadeias civis e militar, bem como, a estação de polícia.

O concelho tinha mais de 7 (sete) cemitérios, todos bem situados além de um para os não católicos pertencentes a colónia hebraica.

Sobre os problemas da administração do concelho Barcellos diz o seguinte: *“havia comunicado, em vários officios, ao Ministro o estado em que encontrou todos os ramos do serviço público e que no meio d’aquelle grande cahos era o da fazenda o peor; que o livro caixa se achava por escriturar desde 1 de Julho de 1853 e muito atrasado o das actas da Junta da Fazenda; que estavam as actas, em grande parte, por assinar, e algumas, de séria responsabilidade, estavam assinadas por vogaes da Junta que não assistiram às sessões e não estavam por aquelles que foram presentes a ellas; que as contas correntes com o Ministério da Marinha com os exactores da Fazenda, recebedores, estanqueiros de pólvra, e papel sellado, como todos os finccionários públicos e em geral com todas as entidades que recebiam e pagavam nos cofres da fazenda, estavam por fazer; que não havia livros de entrada nem da porta na contadoria; que o archivo estava em tal estado que só por acaso se encontrava qualquer papel, o que fazia só em buscas, despende um tempo enorme para seguir qualquer processo.*

A secretaria do Governo e a Administração propriamente dita estavam em estado análogo e o mesmo acontecia no ramo militar, ao de saúde, ao de instrução publica, etc.

*Devido a desordem havia no orçamento deficit considerável e extraordinárias despesas.”*¹⁴

A administração sempre enfrentou dificuldades porque a ilha ainda estava mergulhada num certo isolamento, quer por falta de adequadas vias de comunicação, quer por falta de

¹⁴ BARCELLOS, Christiano; Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné, vol. I V, 2ª edição pag. 22.

peessoas qualificadas para o desempenho de certas funções que o desenvolvimento do arquipélago exigia em permanência.

A inexistência de instalações próprias para as actividades da câmara foi outro entrave acompanhado das dificuldades que passava a nível da produção que correspondia apenas ao consumo interno. Por outro lado, o cofre público acusava fracos rendimentos, inviabilizando os socorros por conta do estado.

Na segunda metade do século XIX, o Administrador dá conta das dificuldades em encontrar pessoas capazes para desempenhar as funções camarárias. “ (...) *Pela nossa legislação actual o número das autoridades electivas é imenso e com dificuldades se achão hoje neste concelho cidadãos que tenham a precisa aptidão e conhecimento para bem desempenhar as funções desses cargos, aquelles que possuem algumas habilitações e que os poderiam servir, ou se empenhão na ocasião das eleições para não serem votados ou são aqueles que exercem logares de nomeação do Governo, de onde lhes rezulta algum interesse.*”¹⁵

A tentativa de intervenção era cada vez mais abrangente, mas nem sempre a câmara conseguia os seus desígnios, por razões que ultrapassavam a possível boa vontade e capacidade das autoridades locais. O pouco que se conseguia era fruto de muito esforço, numa luta com a natureza e a inactividade do poder central.

Embora tivesse dificuldade em cobrar as taxas municipais e os foros, por anos consecutivos e em diversas zonas, alegando o problema da dispersão das povoações e a falta de funcionários com requisitos para executar aquelas tarefas, de forma sucinta passamos a apresentar alguns quadros relativamente ao trabalho administrativo realizado no concelho durante o ano de 1881.

Quadro 1: Mapa dos passaportes e guia expedidos durante o ano de 1881

¹⁵ Correspondência recebida da administração do concelho da R^a Grande – SGG, caixa n° 265.

Destino	Passaportes	Guias	Total
Para o estrangeiro	2	-	2
Reino	3	1	4
São Vicente	729	10	739
S. Tiago	5	3	8
S. Nicolau	19	10	29
Boavista	15	2	17
Sal	8	-	8
Fogo e Maio	1	1	2
Brava	2	-	2
Somas	784	27	811

Fonte: Correspondência recebida da administração do concelho da R^a Grande – SGG, caixa 270.

Durante o ano de 1881 verificamos que a ilha de S. Vicente foi a mais procurada, tendo em conta, o número de passaportes solicitado, enquanto as saídas internacionais fora quase nulas.

Quadro 2: Mapa dos valores importados e exportados pela alfândega da ilha durante o ano civil de 1881.

Meses	Importação	Exportação
Janeiro	10.442,200	-
-Fevereiro	7:990,600	-
Março	3:778,480	-
Abril	2:305,610	15.000
Maio	2:081,600	187.000
Junho	792,400	18:281.920
Julho	1:720,240	1:590.720
Agosto	405,800	13:769.330
Setembro	763,400	136.540
Outubro	334,600	-
Novembro	283,000	-
Dezembro	2:220,900	-
Total	33:118,830	33:980,510

Fonte: Correspondência recebida da administração do concelho da R^a Grande – SGG, caixa 270.

O quadro 2, mostra-nos que a ilha conseguiu exportar somente nos meses de Abril a Agosto, e importou o ano todo. Mas em termos monetários o valor de exportação foi mais do que o de importação.

Quadro 3: Os rendimentos da alfândega durante o ano de 1881

Designação	Valor
Por direitos de importação	5:996.196
Por direitos de exportação	388.858
Armazenagem	18.324
Imposto de aguardente	523.480
Contribuição predial	9:141.928
Décima industrial e juros	320.156
Direitos de mercê	135.936
Contribuição de registo	766. 299
Selos diversos	1:114.970
Emolumentos sanitários	7.500
Correio	89.090
Imprensa nacional	8.400
Medicamentos	89.335
Diversos rendimentos	1:766.835
Total	20:367.307

Fonte: Correspondência recebida da administração do concelho da R^a Grande – SGG, caixa 270.

A alfândega conseguiu arrecadar o valor total de 20:367,307 proveniente dos impostos dos vários itens acima discriminados. Apesar das fragilidades tentavam zelar pelo cumprimento das leis, nesta matéria.

Quadro 4: Mapa dos rendimentos camarários durante o ano de 1881 comparados com o ano de 1880.

	Rendimentos		Diferença	
	Em 1880	Em 1881	A mais	A menos
Licenças e afferições	1.481,710	1:246,294	-	235,416
Coimas e multas	70:945	129,141	58,196	-
Covatos	26,600	47,400	20,800	-
Impostos aduaneiros	267,932	640,191	372,259	-
Impostos sobre casas	590,190	40,200	-	529,990
Impostos sobre carnes	347,050	80,000	-	267,060
Impostos sobre cães	9,500	500	-	9000
Diversos	14.897	20,383	5846	-
Somas	2:808,824	2:204,109	457,101	1:041, 466

Fonte: Correspondência recebida da administração do concelho da R^a Grande – SGG, caixa 270.

Os rendimentos foram menores não obstante terem aumentado consideravelmente a verba das multas e coimas devido o policial ter melhorado muito. O estado do concelho foi razoável, tendo em conta, as verbas arrecadadas pela alfândega. Mesmo assim, nem todos os problemas foram resolvidos a nível da administração por se tratar de um sector muito complexo.

2.2. Aspectos sociais

O concelho da R^a Grande, no findar do século XIX, era habitada por uma população maioritariamente mestiça, com usos e costumes europeus “ *o povo diz ser católico e n’essa fé vivem, não sendo raro disporem do melhor dos haveres para missas e responsos embora legam aos filhos ignorância e miséria.*”¹⁶

Nesta sociedade onde factores climáticos e condições geoeconómicas regularam o seu desenvolvimento e o protótipo da sua organização social, além de europeus residentes na ilha, coabitava uma eloquente comunidade hebraica.

¹⁶ Correspondência recebida da Administração do concelho da Ribeira Grande – Janeiro/Dezembro de 1882, caixa nº 270.

Com uma população a rondar cerca de 12:306 habitantes em 2:818 fogos, distribuídos pelas três freguesias conforme se pode constatar nos mapas que se seguem:

Quadro 5: Mapa dos fogos e habitantes do concelho

Freguesias	Fogo	Homens			Total	Mulheres			Total
		Solteiro	Casado	Viúvo		Solt.	Cas.	Viúv.	
N. S. Rosário	1390	1909	679	43	2631	2426	738	51	3215
Santo Crucifixo	998	1384	618	39	2041	1492	688	46	2226
São Pedro	430	721	319	21	1061	691	411	30	1132
Somas	2818	4014	1616	103	5733	4609	1837	127	6573

Fonte: Correspondência recebida da administração do concelho da R^a Grande – SGG, caixa 270.

A divisão da população consta dos seguintes quadro:

Quadro 6: Número de habitantes e de fogos na Freguesia de Nossa Senhora do Rosário

Localidades	Fogos	Habitantes		
		Sexo		Total
		Masc.	Femin.	

Villa	491	780	935	1715
Ribeira da Torre	196	567	701	1268
Ponta do Sol	135	55	99	154
Fontainhas	39	93	113	206
Pinhões	121	216	263	479
Monte Joana	107	251	301	552
Afonso Martinho	57	112	134	246
Ribeira do Duque	65	129	155	284
Mão para Traz	52	99	116	215
Sinagoga	46	106	128	234
Lombo Branco	60	154	185	339
Ribeira de Brás	21	69	85	154
Somas	1390	2631	3215	5846

Fonte: Correspondência recebida da administração do concelho da R^a Grande – SGG, caixa 270.

Quadro 7: Número de habitantes e de fogos na Freguesia de Santo Crucifixo

Localidades	Fogos	Habitantes		
		Sexo		Total
		Masc.	Femin.	
Coculi e Picoteiro	140	270	340	610
Figueiral e Corda	102	255	183	438
Boca de Coruja	115	244	269	513

Despenhadeiro e J. Afonso	218	446	583	1029
Chã de Pedra	103	275	331	606
Campo de Cão	56	199	132	331
Fajansinha	264	352	388	740
Somas	998	2041	2226	4267

Fonte: Correspondência recebida da administração do concelho da R^a Grande – SGG, caixa 270.

Quadro 8: Número de habitantes e de fogos na Freguesia de São Pedro Apostolo

Localidades	Fogos	Habitantes		
		Sexo		Total
		Masc.	Femin.	
Andriene e Lombo	64	127	175	302
Fajam de Matto	66	129	164	293
Cabeçadas e Hortas	70	196	226	422
Cham de igreja	40	218	126	344
Mocho e Cruzinha	78	109	130	239
Ribeira D'inverno	25	82	95	177
Ribeira Alta	59	180	166	346
Figueiras	28	20	50	70
Somas	430	1061	1132	2193

Fonte: Correspondência recebida da administração do concelho da R^a Grande – SGG, caixa 270.

Os quadros 2, 3, e 4, respeitante a divisão da população nas três freguesias distribuídas por diversas localidades, demonstram o número de pessoas que constituía cada freguesia em particular e o concelho em geral.

Quadro 9: Mapa dos europeus católicos existentes no concelho da R^a Grande no dia 31 de Dezembro de 1881

Naturalidades	Sexos		
	Masculino	Feminino	Total

Reino	30	9	39
Algarve	2	2	4
Açores	3	-	3
Estrangeiros	2	-	2
Somas	37	11	48

Fonte: Correspondência recebida da administração do concelho da R^a Grande – SGG, caixa 270.

Além destes, existiam outros europeus no concelho que não figuram no presente mapa porque tinham residência temporária.

O quadro seguinte retrata a colónia hebraica existente no concelho e as suas respectivas nacionalidades. Apesar de serem em número reduzido, estão distribuídos pelas duas freguesias Nossa Senhora do Rosário com 14 (catorze) indivíduos e de Santo Crucifixo com 1 (um) indivíduo.

Mais uma vez, a documentação consultada leva-nos a admitir que a freguesia de Nossa Senhora do Rosário distingue-se em relação às outras pelo número de habitantes e fogos.

Quadro 10: Mapa da colónia hebraica

Naturalidades	Sexos		
	Masculino	Feminino	Total
Fenícia	2	2	4
Marrocos	2	-	2
Gibraltar	2	2	4
Tanger	3	-	3
Mogador	2	-	2

Soma	11	4	15
-------------	-----------	----------	-----------

Fonte: Correspondência recebida da administração do concelho da R^a Grande – SGG, caixa 270.

Quadro 11: Mapa do movimento da população do concelho no ano de 1881

Freguesias	Nascimentos	Óbitos	Casamentos
Nossa Senhora do Rosário	286	117	46
Santo Crucifixo	183	79	20
São Pedro Apóstolo	95	36	5
Somas	564	232	71

Fonte: Correspondência recebida da administração do concelho da R^a Grande – SGG, caixa 270.

Quadro 12: Distribuição da população, por profissão

Ocupações	Freguesias			Total
	N. Sr.^a do Rosário	Santo Crucifixo	São Pedro Apóstolo	
Proprietários e lavradores	695	828	83	1606
Negociantes	36	7	3	46
Empregados públicos	24	1	1	26
Sacerdotes	1	1	-	2
Médicos	1	-	-	1
Farmacêuticos	1	-	-	1

Militares	13	-	-	13
Ourives	1	-	-	1
Sapateiros	6	2	-	8
Carpinteiros	24	4	3	31
Ferreiros	2	2	-	4
Padeiros	12	3	-	15
Pastores	-	1	-	1
Marítimos	53	-	13	66
Pescadores	16	-	4	20
Carregadores	22	-	-	22
Criados	128	25	19	172
Costureiras	208	24	17	249
Trabalhadores	1150	428	622	2200
Diversas ocupações	4327	3961	1498	9786
Soma	6720	5287	2263	14270

Fonte. Boletim oficial do Governo-geral da província de Cabo Verde ano de 1881

Quadro 13: Números de óbitos em 1881

Freguesias	Até 15 anos			De 15 a 40			De 40 a 75			De 75 a 100		
	M	F	Tot.	M	F	Tot.	M	F	Tot.	M	F	Tot.
N. S. Ros.	24	33	57	10	10	20	11	15	26	0	5	5
S. Crucif.	23	27	50	2	8	10	8	13	21	2	5	7
S. P. Apost.	12	9	21	2	3	5	3	5	8	0	2	2
Soma	59	69	128	14	21	35	22	33	55	2	12	14

Fonte: Correspondência recebida da administração do concelho da R^a Grande – SGG, caixa 270.

O mapa indica o número de óbitos no ano de 1881. A prevalência incidia sobre o sexo feminino com 135 óbitos, 38 a mais do que o sexo masculino e na faixa etária até os 15 anos.

A elevada taxa de mortalidade deveu-se a um conjunto de factores. Na tentativa de minimizar esta situação várias medidas foram tomadas desde limpeza de todos os caminhos (**ANEXO III**), passando pela construção de uma casa pela comissão de socorros. *“Num dos compartimentos já se acha alojado um infeliz de 18 annos de idade órfão de pai e mãe que sem meios alguns veio do interior da ilha a fim de lhe ser amputado o braço direito, operação que hoje fez o distincto médico DR. Bordalo Pinheiro.”*¹⁷

Foram criadas comissões de socorros tanto a nível do poder local como central para obtenção de donativos à favor das vítimas das inundações a que o concelho foi alvo. Ainda relativamente aos aspectos sociais temos a referir a tomada de posse da nova câmara e distribuição dos pelouros aos diversos vereadores que muito contribuíram para o melhoramento da vila. (**ANEXO IV e V**).

Criou-se uma biblioteca ou sociedade que servia para instrução e passatempo conforme se constata no (**ANEXO VI**).

Quadro 14: Relação dos degredados residentes no concelho

Nº de matric.	Nº das guias	Idade	Estado	Profissão	Natrua.	Comport	Data chegada
302	1 (937)	50	Casado	Sapateiro	Vila de Vinhaes	Bom	6-11-74
389	2 (1023)	20	Solt.	Sapateiro	Lapas	Regular	5-3-78
305	3 (943)	28	Solt.	Ferreiro	Madeira	Regular	6-7-80
402	4 (1036)	28	Casado	Ferreiro	Mesejan	Regular	29-7-80

¹⁷ Correspondência recebida da administração do concelho da R^a Grande – SGG, caixa nº 270.

Fonte: Correspondência recebida da administração do concelho da R^a Grande – SGG, caixa 269.

CAPÍTULO III: PARA UMA HISTÓRIA ECONÓMICA DA RIBEIRA GRANDE DE OITOCENTOS

A historiografia cabo-verdiana parece carecer ainda de estudos multifacetados referentes a diferentes sectores, nomeadamente o económico.

A análise de diferentes aspectos da vida económica do concelho da Ribeira Grande ao longo do século XIX permite-nos lançar pistas para estudos da história económica deste concelho no período balizado entre 1880 a 1884, durante o qual o concelho foi administrado por João Simões Afra e que constitui o objecto do nosso trabalho.

O período oitocentista marcou a história do concelho particularmente no sector económico que apesar de alguns condicionalismos, já evidenciados no decorrer do trabalho, conseguiu atingir alguma prosperidade.

Não foi fácil o seu desenvolvimento, principalmente, pela falta de vias de comunicação que dificultava o movimento comercial. Nestas situações a população sofria muito nos períodos de crise altura em que tinha necessidade de importar mais quantidades de géneros. A situação era comum na época e causou grandes percalços não só ao serviço público, mas também aos interesses dos particulares.

O que todavia constituía maior preocupação eram as secas cíclicas que consigo arrastavam fomes e epidemias, continuadas em Cabo Verde e sobretudo na ilha de Santo Antão.

Na documentação consultada referente aos diversos sectores da vida económica do concelho constatamos que o ritmo de crescimento não era dos melhores, embora houvesse sectores onde o panorama não parecia dos piores, nomeadamente no que se refere a infra-estruturas.

Foi inaugurado o cais de Sinagoga, concluído os melhoramentos no caminho que dá acesso ao referido cais, da estrada que liga Ponta do Sol à vila *“hoje consideravelmente melhorada devido as sabias medidas e decedida dedicação do actual chefe da província,”*¹⁸ construção de caminhos que liga São Pedro Apostolo Ponta do Sol.

Neste capítulo pretendemos destacar a agricultura, o comércio, a indústria enquanto principais pilares do desenvolvimento depois da instrução.

Os relatórios emanados pelos serviços alfandegários da época mostram alguma melhoria das actividades agrícolas, comerciais e industriais tendo-se registado um aumento progressivo de ano para ano conforme mostra os itens que se seguem.

¹⁸ Correspondência recebida da Administração do concelho da Ribeira Grande – Janeiro/Dezembro de 1882, caixa nº 270.

3.1 Agricultura

A agricultura foi um sector de actividade mais importante da economia das ilhas em especial a de Santo Antão. Possuía, no período em apreço, terrenos férteis sempre regados por abundantes águas, os quais produziam Cereais e legumes, milho, ervilha, feijão de diversas qualidades, couves, alface, repolhos, rabanetes, abóboras, pepinos, algumas melancias e melões, batata-doce e inglesa, mandioca e inhame, vinha e ananás.

Encontrava-se também grande número de laranjeiras, coqueiros, amendoeiras, groselheiras, goiabeiras, figueira comum e brava, limeiras, limoeiros, cidreiras, romeiras, tangerineiras e amoreiras, mangas, mamoeiros e alguns cajueiros, marmeleiros, tamarindeiros, oliveiras, pinheiros, além de plantas tintureiras como o anil, dragoeiro e a urzela que muito contribuíram para o desenvolvimento económico da ilha.

Mas o concelho da R^a Grande, apesar de ter muita água passou por momentos difíceis: *“as chuvas cahidas em Outubro do anno findo não se limitaram a encher as ribeiras e destruir muitas propriedades que as ladearam, o seu mal estendeo-se a todos os limites das suas freguesias, Rosário e Santo Crucifixo e constam que em diversos logares, pessoas há que fazem uso, para principal alimento de diversas raises, taes como do coqueirinho e mafafa, porque o milho não abunda e o que aparece já se vende a 1200 reis e 1300 o alqueire.”*¹⁹

Apesar dos maus anos agrícolas provocadas ora pelas secas, ora pelas cheias subsequentes das chuvas tempestuosas, a agricultura foi um dos principais meios de sustentabilidade ao lado da criação de gado, actividade que complementa a agricultura.

Quadro 15: Número de gados manifestado até Dezembro de 1881 na secretaria da câmara municipal.

Quantidade	Número	Valores	
		Médio	Total

¹⁹ Correspondência recebida da Administração do concelho da Ribeira Grande – Janeiro/Dezembro de 1882, caixa nº 270

Vaccum	833	20.000	16:660,000
Cavalar	231	20.000	4:620,000
Muar	67	50.000	3:350,000
Asinino	494	8.000	3:952,000
Lanigero	193	1.000	193,000
Suino	330	5.000	1:650,000
Caprino	829	900	746,100
	2977		31:171,100

Fonte: Correspondência recebida da administração do concelho da R^a Grande – SGG, caixa 270.

O mapa apresentado consta apenas o número de gado que foram manifestados na Câmara Municipal. “ *Não representam a expressão da verdade, nem d’ella se aproximam, por que o povo, na maior parte, remisso nas suas declarações tem o infundado receio que os manifestos sejam a base para a imposição de qualquer imposto; e por isso pode calcular – se, pelo menos no dobro o número de gado no concelho.* ”²⁰

Perante este facto concluimos que, não foi possível calcular o número real do gado existente mas com base no quadro seguinte que representa o número de gado abatido é visível que esta actividade teve muita importância para os habitantes, principalmente, na dieta alimentar.

Quadro 16: Mapa do gado abatido para consumo durante ano de 1881

Freguesias	Bovino		Suíno		Valor		Total
	Nº de cabeças	Nº de arroles	Nº de cabeças	Nº de arroles	Gado bovino	Gado suíno	
Rosário	111	15:695	39	3:408	1:255,600	238,560	1:494160
Crucifixo	34	5:312	38	2:220	429,960	155,400	585360
S. Pedro	3	674	19	1:308	51,120	91,560	142,680
	148	21,681	96	6:936	1736680	485520	2:222200

²⁰ Correspondência recebida da Administração do concelho da Ribeira Grande – Janeiro/Dezembro de 1882, caixa nº 270.

Fonte: Correspondência recebida da administração do concelho da R^a Grande – SGG, caixa 270.

3.2 Comércio

É evidente que só a agricultura não seria suficiente para responder a procura da população pelo que patenteava-se a necessidade de um desenvolvimento de outros sectores económicos como o comércio e a indústria. Sobre eles falaremos mais adiante, sem se esquecer da instrução que juntamente com os já mencionados são os principais pilares do fomento de qualquer país. Neste período, o concelho da R^a Grande não era dos mais ricos em numerário, porque grande parte do seu comércio era feito por permutação. Todavia, o seu giro comercial dava um rendimento aos cofres públicos muito superior às despesas da ilha, cujos fundos eram transferidos para a tesouraria geral.

A falta de vias de comunicação foi sem dúvida um entrave para o seu desenvolvimento. Massas de rochedos gigantescos e nus, com mais de 300 metros de altura e os leitos das ribeiras, muitas vezes transformados em caudalosos rios, eram as estradas da ilha.

Nalguns lugares a meia encosta da montanha em trilhos apenas de 3 ou 4 palmos, tendo de um lado o fundo de horrorosos precipícios, de outro o rochedo perpendicular coberto de espessas nuvens, foram estas as vias de comunicação entre a vila e os pontos mais produtivos do interior.

A documentação analisada dá-nos conta de 104 casas de comércio, assim distribuídas:

Freguesia de N. Sr. ^a do Rosário.....	94 lojas
Freguesia de Santo Crucifixo.....	6 lojas
Freguesia de São Pedro Apóstolo.....	4 lojas
Total.....	104 lojas

Fonte: Boletim Oficial do Governo-geral da Província de Cabo Verde ano de 1881.

Quadro 17: Distribuição das casas comerciais por classe

Classes	Total
---------	-------

1ª	2ª	3ª	4ª	Diversas Reunidas	
2	25	1	42	34	104

Fonte: Boletim Oficial do Governo-geral da Província de Cabo Verde ano de 1881

A 1ª classe – compreende loja de mercador por atacado e armazéns.

A 2ª – comércio a retalho e permutação de fazendas e géneros comestíveis.

A 3ª – estabelecimentos de vinho, cerveja e outras bebidas.

A 4ª – tabernas onde se vende vinho e aguardente de produção da ilha

As diversas reunidas compreendem:

- Lojas onde se vende tabaco importado.
- Vendilhões de fazendas de varas e côvado e fato feito.
- Casas de jogo lícito onde se vende café e bebidas de qualquer qualidade.
- Drogas e medicamentos.

Nessa altura, o baixo preço do café nos mercados do reino contribuiu para a decadência do comércio local resultando assim, no fechamento de algumas lojas.

Quadro 18: Casas comerciais do concelho no ano de 1881 comparadas com as do ano de 1880.

Classes	Nº de lojas		Diferença	
	1880	1881	A mais	A menos
1ª	2	1	-	1
2ª	25	48	23	-
3ª	1	3	2	-
4ª	76	41		35
	104	93	25	36

Fonte: Correspondência recebida da administração do concelho da Rª Grande – SGG, caixa 270.

O quadro acima apresentado mostra-nos uma comparação entre os anos de 1880 e 1881. Relativamente ao número de casas comerciais na vila da Ribeira Grande, constata-se que, paradoxalmente o número desses estabelecimentos diminuiu drasticamente, de 104 para 93 casas em apenas um ano.

Quadro 19: Nota dos preços correntes dos géneros no mercado público deste concelho durante o mês de Setembro de 1880.

Qualidade	Medida ou peso	Preço	Observações
Aguardente de cana	Frasco	\$240	
Açúcar em bruto	Arroba	1\$200	
Azeite de peixe	Canada	\$360	
Azeite de purga	Canada	\$200	
Batata inglesa	Alqueire	\$480	
Café	Arroba	5\$120	
Carne de porco	Arratel	\$070	
Carne de vaca	Arratel	\$080	
Couros de boi	Arratel	\$050	
Farinha de mandioca	Alqueire	1\$200	

Feijão	Alqueire	\$800	
Lenha	Feixe	\$200	
Mandioca	Arratel	\$010	
Mel	Garrafas	1\$200	
Milho	Alqueire	1\$000	
Peles de cabra	-	-	Não há
Sal	Alqueire	\$320	
Toucinho salgado	Arratel	\$120	
Vinagre	Canada	\$160	
Urzela	Arratel	-	Não há

Fonte: Boletim Oficial do Governo-geral da Província de Cabo Verde ano de 1881.

3.3 Indústria

A indústria, assim como o comércio enfrentaram as mesmas dificuldades relativamente ao seu desenvolvimento, agravadas pelo acesso difícil das populações relativamente ao transporte.

Nessa altura as principais indústrias neste concelho consistiam no fabrico da aguardente, mel e açúcar.

No ano de 1880 foram exportados para fora da província 61:436 litros de aguardente, e para as ilhas de São Vicente, Boavista e Sal 159:868 litros, valores aproximados a 20:000\$000 réis. O mel era na maior parte consumido pelos habitantes do concelho, a ser usado com o café. Nas três freguesias do concelho existiam mais de cem trapiches ou engenhos de moer cana.

Além da aguardente, mel e açúcar também no concelho fabricava-se sabão, cal, azeite, esteiras, tecidos diversos e ainda existia na localidade de João Dias um moinho movido à água para a manipulação de farinha de milho.

Tinha este concelho proporções para ser o segundo ou terceiro do arquipélago, se não lhe faltassem os meios de comunicação sendo que a falta de caminhos era a causa primária de não estar mais desenvolvido as principais fontes de riqueza.

Para a vizinha ilha de São Vicente da qual Santo Antão e São Nicolau funcionavam como celeiros, exportou grande quantidade de batatas inglesa e doce, laranjas, bananas, café aguardente, mel, milho, abóboras, mandioca, galinha, perus, patos, ovos, gado vacum e cabrum, etc.

Quadro 20: valor médio dos géneros no mercado do concelho

Géneros de fora da província		Géneros da ilha	
Arroz	50	Aguardente canada	200
Açucar	140	Açucar	60
Azeite doce	620	Batata inglesa	20
Bacalhau	120	Café	100
Chá	1600	Milho	1600
Manteiga	720	Farinha mandioca	1600
Farinha de trigo	120	Feijão	1200
Petróleo	200	Ervilha	1200
Vinagre	320	Mandioca	40
Vinho	360	Carne de vaca	80

Feijão de Lisboa	60	Carne de porco	60
-------------------------	-----------	-----------------------	-----------

Fonte: Correspondência recebida da administração do concelho da R^a Grande – SGG, caixa 270.

O quadro demonstra o valor médio dos géneros de fora da província e dos da ilha no mercado do concelho. Apesar das limitações económicas, constata-se alguma variedade de produtos importados, particularmente géneros alimentícios.

3.4 Instrução

Segundo António Carreira,²¹ as bases da instrução em Cabo Verde, foram sofrendo aperfeiçoamentos sucessivos, embora com a lentidão e as irregularidades que caracterizavam o espírito e a mentalidade das sociedades de então, até atingir o grau satisfatório de eficiência e expansão.

Na primeira metade do século XIX havia em Cabo Verde 45 escolas régias, 13 escolas municipais e talvez mais de uma centena de escolas particulares, não reconhecidas pelo governo, mas aceites. Era o fruto das transformações sociais e políticas derivadas das ideias propagadas da Revolução Francesa e depois pela implantação do liberalismo em Portugal.

A instrução pública foi assunto de grande atenção por parte do governo, nomeadamente a partir de 1860.

No que tange a instrução na ilha de Santo Antão mais concretamente no concelho da Ribeira Grande, podemos salientar que, este foi um assunto que mereceu grande atenção e destaque por parte do administrador do concelho durante o desempenho das suas funções na pessoa de João Simões Afra, e que passamos a descrever segundo um relatório por ele apresentado. *“Funcionaram bem as cinco escolas públicas do Concelho distinguindo-se com zelo e actividade os dois professores e a professora da villa que para darem maior desenvolvimento a este ramo de serviço não descaram dos seus deveres não obstante o 144*

²¹ CARREIRA, António; A capitania das Ilhas de Cabo Verde: Organização Civil, Eclesiástica e Militar, Séculos XVI-XIX- Subsídios: In Separata da Revista de História Económica e Social, nº19, 1987, pag.60.

grande numero de alumnos que frequentam as eschololas contando a do professor Anjos; do professor Rodrigues 145 e da digna professora 60.”²²

Este ramo de administração precisava porém, de largo desenvolvimento. Este concelho de três freguesias com uma população de 14:270 habitantes, tinha apenas cinco escolas, quatro estipendiadas pelos cofres da fazenda e uma pelo cofre do município.

Na freguesia de N^a S^a do Rosário funcionavam as seguintes escolas:

- Escola do governo regida pelo professor António Jacintho dos Anjos.
- Escola municipal regida pelo reverendo professor Eduardo Augusto Rodrigues, frequentada por 124 alunos.

Nestas duas escolas leccionavam-se as matérias prescritas pelo regulamento da província para o 1º e 2º grau de instrução primária, mas por mais que fosse a competência e boa vontade dos dedicados professores, todos os seus esforços eram nulos em face do grande número de alunos.

- Escola do governo do sexo feminino regida pela ilustre professora D. Maria Virgínia Corrêa de Mello Neves, frequentada em média por 55 alunas. Nesta escola leccionaram-se as seguintes matérias: leitura, escrita, sistema métrico, doutrina cristã, artes de coser, marcar, bordar e outras prendas próprias do sexo. Essas aulas funcionavam com regularidade.

Existia mais escolas, uma na freguesia de Santo Crucifixo, com 103 alunos matriculados e frequência média de 89, e em S. Pedro Apostolo com 27 alunos matriculados frequência média de 16.

Foram 460 alunos matriculados em todo o concelho, o que para uma população de 14:270 habitantes estaria numa relação de um aluno por 31 habitantes.

Quadro 21: Mapa dos alunos matriculados nas três escolas da vila

Escolas	Idades/Anos			
	De 5 a 9	De 9 a 12	De 12 a 16	De mais de 16

²² Correspondência recebida da Administração do concelho da Ribeira Grande – Janeiro/Dezembro de 1881, caixa nº 269.

1ª	26	53	54	11
2ª	36	49	56	5
3ª	15	20	20	5
Total	77	122	130	21

Fonte: Boletim Oficial do Governo-geral da Província de Cabo Verde ano de 1881.

De acordo com o quadro o número de alunos matriculados nas três escolas da vila com a idade compreendida entre os 5 aos 16 anos é de 329 e os com mais de 16 anos é de 21 totalizando assim 450 alunos nas respectivas escolas sendo a primeira pertencente ao governo, enquanto as outras em casas alugadas.

Quadro 22: Mapa das escolas do concelho da vila de Rª Grande e de alunos nelas matriculados no ano de 1881.

	Idades/anos		Total
	Até 12 anos	De mais de 12 anos	
1ª	151	53	204
2ª	102	81	183
3ª	81	27	108
4ª	25		25
5ª	30	5	35

Fonte: Correspondência recebida da administração do concelho da Rª Grande – SGG, caixa 269

Segundo o mapa dos alunos matriculados em todas as escolas do concelho foram de 555, sendo 389 com idade até 12 anos e 166 com mais de 12 anos. Desses, 450 frequentaram as escolas da vila e os restantes 155 as outras escolas espalhadas pelo interior do concelho. Na tentativa de melhorar cada vez mais a instrução, a Câmara Municipal procurou responder prontamente, na medida do possível, e de acordo com as condições da época.

É de extrema importância realçar todo o contributo e incentivo que o então administrador disponibilizou em prol da instrução, cujo objectivo era criar condições para o desenvolvimento da própria ilha.

Este, desde a primeira hora preocupou com o estado de crise a que a ilha enfrentava nesta matéria. Tomou a iniciativa para a criação de uma biblioteca ou sociedade e não poupou esforços em deslocar pessoalmente aos recantos mais longínquos do concelho a fim de identificar a real situação.

Numa das suas visitas à uma escola situada na zona de Manta Velha (freguesia de Santo Crucifixo), mostra preocupado com o estado da mesma. *“A escola regida há muitos annos pelo professor Fileno António Lima, estava em péssimas condições, presenciamos n’esta escola, não se colhendo d’ella, infelizmente os fructos que era de esperar. Dezoito rapazes estavam na frente da aula, expostos ao tempo tendo o mais adiantado 16 a 18 annos d’idade.*

*Em Ribeira Alta a situação foi compensadora um ex-official de delligencias tinha dedicado ao cargo de leccionar crianças d’aquelle sítio. Vinte rapazinhos foram-me apresentados e alguns d’elles já assignando o seu nome muito suffrivelmente.”*²³

Assim, no período a que nos reportamos, constata-se que ainda a Vila da Ribeira Grande era um dos centros populacionais mais importante da Ilha, com uma relativa importância em termos administrativos, centro de todas as decisões que diziam respeito à Ilha de Santo Antão, possivelmente devido a posição que a sua elite tinha junto do governo central.

O relevo acidentado da Ilha dificultava a ligação entre as diferentes povoações do concelho. Havia uma grande carência de vias de comunicação. Os caminhos existentes eram dificilmente transmissíveis o que dificultava a ligação entre as zonas mais produtivas do interior do concelho. A necessidade de construir vias de comunicação era uma das preocupações das autoridades, que reconheciam a impotência das mesmas para desencravar as localidades e promover o desenvolvimento Económico do concelho.

²³ Correspondência recebida da Administração do concelho da Ribeira Grande – Janeiro/Dezembro de 1881, caixa nº 269.

Relativamente à instrução, uma das grandes preocupações das autoridades locais era o ensino e com a sua melhoria. Apesar de reconhecerem a necessidade de se criar mais escolas para dar respostas ao crescente número de alunos que se registava de ano para ano, faltava meios à Câmara e empenho das autoridades coloniais sedeadas na metrópole.

CONCLUSÃO

Ao chegarmos no término deste trabalho, pensamos ter alcançado os objectivos preconizados, não obstante, algumas limitações encontradas respeitantes ao acesso à documentação que facilitaria o aprofundamento do mesmo. Mesmo assim, pensamos ter deixado algumas pistas para futuras investigações relativamente a esta matéria. Todavia julgamos que não se trata de um produto acabado, devido a natureza do referido trabalho. Portanto, constitui um ponto de partida para futuras reflexões sobre este assunto.

No decorrer da nossa pesquisa conseguimos viajar no tempo e descobrir o quão importante conhecer a nossa micro-história, conhecer o concelho da Ribeira Grande (Santo Antão) ao longo dos tempos passou por vicissitudes adversas mas conseguiu manter firme e um dos concelhos mais importante da Ilha de Santo Antão.

Constatamos também, que o concelho da Ribeira Grande alcançou melhorias durante a administração de João Simões Afra através da implementação de programas adequadas, principalmente, nas áreas de instrução, saúde, obras públicas e agricultura.

Outro aspecto de grande relevância e que pensamos ser digno de referir foi o grande interesse do administrador em fazer visitas domiciliárias e inteirar da real situação do concelho, numa altura em que as dificuldades eram muitas, como tivemos a oportunidade de mostrar ao longo do trabalho.

Também demonstrou rigor e dedicação no desempenho das suas funções o que contribuiu para a organização do concelho em geral e das instituições em particular.

No término deste trabalho, dizer que a história é feita de pormenores. Foi neste sentido que procuramos eleger um dos pormenores da história do concelho da Ribeira Grande, isto é, falar de um período muito curto em termos cronológico, mas relativamente rico em termos de acontecimentos históricos.

De 1880 a 1884, este concelho foi administrado por um homem que soube resolver os problemas à dimensão da época e da Ilha. Por isso, à semelhança de tantos outras individualidades que passavam por Santo Antão, achamos que João Simões Afra também merece entrar nas páginas da história do concelho da Ribeira Grande e de Santo Antão.

Oxalá, tenhamos dado o nosso modesto contributo neste sentido e desejamos que outras pessoas, particularmente aquelas que se dedicam à História de Cabo Verde e de Santo Antão em particular, venham investigar esses pequenos pormenores e trazer mais luz à História desta Ilha e de Cabo Verde.

FONTES MANUSCRITOS

S.G.G. – Correspondência recebida da Administração do Concelho da Ribeira Grande (Santo Antão) de Janeiro/Dezembro de 1880/1881 caixa nº269.

S.G.G. – Correspondência recebida da Administração do Concelho da Ribeira Grande (Santo Antão) de Janeiro/Dezembro de 1882/1884 caixa nº270.

S. G. G. – Eleições Municipais da Câmara Municipal da Ribeira Grande: Editais, cadernos de actas e dos eleitores Outubro/Novembro de 1885, caixa nº 766.

LEGISLAÇÃO

Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde do ano de 1881

Boletim Oficial N° 42, ano 1880

Boletim Oficial N°43, ano 1881

Boletim Oficial N°26, ano 1882

Boletim Oficial N° 37, ano 1884

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Luís, **O descobrimento das ilhas de Cabo Verde**, In: Albuquerque L. (coordenador) Santos, Maria E. Santos, **História Geral de Cabo verde**, vol I, Lisboa / Praia, CEHCA/ IICT de Portugal e INIC, Cabo Verde, 2001.

ANDRADE, Elisa Silva, **Ilhas de cabo Verde da descoberta a independência (1462-1975)**, Paris, Editora L` Harmattan, 1996.

BARCELLOS, Christiano José de Senna, **Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné**, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2ª Edição, Dezembro de 2003.

CARREIRA, António, **Aspectos da Administração pública em Cabo Verde no século XVIII**, Bissau, 1972.

- **A capitania das Ilhas de Cabo Verde: Organização Civil, Eclesiástica e Militar, séculos XVI-XIX** – Subsídios, In: Separata da Revista de História Económica e Social, nº 19, 1987.

ÉVORA, José da Silva, **Santo Antão no limiar do século XIX: Da tensão social às insurreições populares (1886- 1894)** – Uma perspectiva económica, IAHN, Praia, 2005.

- **Separação jurídico administrativa da Ilha de São Vicente da comarca de Santo Antão**, In: Revista Africana, nº 5, especial universidade portugalense, Arquivo Histórico Nacional, 1998.

FERREIRA, J. M. S., **Geração Dourada, Ensaio da História do Paul de Santo Antão (1861 – 1893)**, Edições Clabedotche, S. Vicente, 1999.

FERRO, Maria Haidée Ferreira, **Subsídios para a história da ilha de Santo Antão de Cabo Verde (1462- 1900)**, Instituto da Promoção Cultural, Praia, 1998.

LOPES, Maria José, **Câmara Municipal de Santo Antão (1732- 1870)**, In: Revista Africana, nº 5, especial universidade portugalense, Arquivo Histórico Nacional 1998.

MARQUES, A. H. DE Oliveira, **História de Portugal, vol III**, Editorial presença, Lisboa, 1998.

MATOS, T. A. **Santo Antão de Cabo Verde, Gente Recursos e Organização do poder nos séculos XVI e XVII**, In: História das Ilhas Atlânticas (Arte, Comércio, Demografia, literatura), vol. II, Governo Geral da Madeira, 1997.

- **Santo Antão de Cabo Verde (1724 – 1732) da ocupação inglesa à criação do regime Municipal, Mutações políticas, recursos económicos e estruturas sociais**, In: A dimensão Atlântica da África. II Reunião Internacional de História de África, Rio de Janeiro, 1996.

- **Diversidade e Complementaridade na Formação da sociedade colonial cabo-verdiana, A Arqueologia da sociedade de Santo Antão (1504 – 1732)**, In: Em Louvor da Linguagem, Homenagem a M. Leonor Buescu, Lisboa, 2003.

MONTEIRO, Ana Rita Amaro, **Municipalismo em Cabo Verde na segunda metade do século XIX: Autonomia e Administração**, In: Revista Africana nº 5, especial universidade portugalense, Arquivo Histórico Nacional, 1998.

MORAIS, João, **Santo Antão e a geração de 1894**, In: Azágua, Ano I, nº 0, Setembro 1990.

MOSSO, Ramos, **Alvorço no Paul em 1894**: Trindade Coelho em Cabo Verde, Tribuna nº 17, Maio, 1989.

PEREIRA, Daniel, **Recortes da Ilha de Santo Antão**, In: Revista Trimestral de Informação e Cultura, Ekhos do Paul, nº 7/10, Agosto 1994/Junho /1996

ROCHA, Agostinho, **Subsídios para a história de Santo Antão (1462- 1983)**, sem local, Ministério de Educação, sem data.

RODRIGUES, Helena Maurício, **A regeneração em Cabo Verde, (1850-1860)** In: Revista Africana, nº 5, especial universidade portuguesa, Arquivo Histórico Nacional 1998.

Anexos:

Anexo I – Eleitores recenseados da freguesia de N. S. do Rosário protestando através de um abaixo-assinado dirigido ao tribunal contra os abusos e tumultos ocorridos durante a eleição nos dias 7 a 9 de Novembro de 1880.

Anexo II – Carta do administrador dirigido ao conselheiro governador-geral por não ter encontrado uma casa de residência.

Anexo III – Carta dando conhecimento ao conselheiro governador-geral de uma limpeza efectuada em todos os caminhos e ribeiras do concelho.

Anexo IV – Relação das damas e cavalheiros que compõem as comissões de recolha de donativos nos concelhos do país.

Anexo V – Tomada de posse dos respectivos vereadores da câmara durante o biénio 1881-1882.

Anexo VI – Participa da criação de uma sociedade instrutiva e recreativa.